



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA – PEN**



**PROJETO DE LEI Nº DE DE 2013**  
**(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA – PEN)**

**PL 1670 /2013**

**L I D O**  
Em. 15 / 10 / 13  
*[Assinatura]*  
Assessoria de Plenário

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de técnicas sustentáveis nas obras de construção civil realizadas pelo Distrito Federal e dá outras providências.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei tem por objetivo assegurar proteção ao meio ambiente mediante o emprego técnicas, métodos e práticas sustentáveis nas obras de construção civil realizadas pela Administração Pública, direta ou indireta, do Distrito Federal.

**Art. 2º** Todas as obras de construção civil executadas diretamente pela Administração Pública do Distrito Federal ou por empresas contratadas deverão, obrigatoriamente, empregar técnicas, métodos e práticas de sustentabilidade ambiental, eficiência energética, qualidade e procedência de materiais, conforme as diretrizes definidas nesta Lei.

**Art. 3º** No desenvolvimento e execução de projetos sustentáveis deverão ser levadas em consideração as seguintes diretrizes, observando-se, sempre que possível, os conceitos de redução, reutilização e reciclagem de materiais:

- I** – uso de materiais e técnicas ambientalmente corretas;
- II** – economia e reuso de água;
- III** – eficiência energética;
- IV** – gestão dos resíduos sólidos;
- V** – permeabilidade do solo;
- VI** – conforto e qualidade interna dos ambientes;
- VII** – integração do serviço de transporte público;
- VIII** – integração entre os projetos e as características do entorno de sua localização;
- IX** – automação dos equipamentos utilizados;
- X** – uso de energia solar através de placas fotovoltaicas ou outros meios para os fins necessários;



- XI** – emprego de outras fontes de energia alternativa, quando viável;
- XII** – instalação de aparelhos de ar condicionado ecologicamente aconselhável e de eficiência energética comprovada;
- XIII** – solução de coberturas ou de telhados verdes, ecologicamente apropriados;
- XIV** – tubulação independente dos sanitários para utilização de água não potável;
- XV** – utilização de água de chuva para fins diversos.

**Art. 4º** A aquisição dos materiais empregados nas construções de que trata esta Lei deverá atender os seguintes requisitos:

- I** – preferência por materiais que tenham origem nas proximidades da obra;
- II** – prioridade por materiais sintéticos ou transformados e, no caso dos produtos naturais, optar por aqueles que possam ser renovados;
- III** – prioridade por produtos reusados, reciclados ou renovados ou que possam passar por estes processos;
- IV** – preferência por materiais compostos de substâncias não tóxicas, não nocivas e que sejam de fácil decomposição;
- V** – prioridade por produtos que comprovadamente não tenham agredido o meio ambiente em seu processo produtivo;
- VI** – observação de padrões sustentáveis novos e eficientes para o consumo;
- VII** – preferência por materiais transgênicos ou compostos de insumos com esta característica;
- VIII** – evitar produtos que possam poluir o meio ambiente ou cuja produção seja ecologicamente imprópria.

**Art. 5º** Definem-se, para os efeitos desta lei, os seguintes termos referentes a materiais e produtos empregados na construção sustentável:

**I** – madeiras alternativas:

**a)** certificadas: que tem a sua origem comprovada por meio de certificados emitidos por organismos autorizados;

**b)** reflorestamento: proveniente de florestas, originais ou replantadas, que apresentem manejo sustentável na sua produção com a finalidade de preservar as matas e, ao mesmo tempo, sustentar o ritmo de extração;

**c)** plástica: fabricada a partir da reciclagem de vários tipos de plástico.

**II** – tintas naturais a base de água, ceras e óleos vegetais, resinas naturais com pigmentações minerais que não utilizam metais pesados em sua composição;



- III** – telhas ecológicas: fabricadas a partir de placas prensadas de fibras naturais ou de materiais reciclados que possuem características melhores do que as telhas de fibra, vidro ou amianto, que sejam leves e preferencialmente de cores claras;
- IV** – piso intertravado: composto por peças modulares que se encaixam, sendo indicados para o uso em grandes áreas, especialmente calçadas e grandes extensões de pavimentos externos, possibilitando que a água da chuva permeie suas juntas de modo a facilitar a drenagem do solo;
- V** – solo-cimento: mistura composta por terra, cimento e água, que, devido a sua elasticidade, é adequada para uso em revestimento de pisos e paredes, podendo ainda ser utilizado na pavimentação, na construção de muros de arrimo e na confecção de tijolos e telhas sem a necessidade de queima prévia.
- VI** – concreto reciclado: fabricado a partir de resíduos ou entulhos da construção civil;
- VII** – equipamentos sanitários de baixo consumo, com reguladores de consumo, tais como torneiras com sensor de presença ou duplo acionamento;
- VIII** – lâmpadas LED com alta eficiência energética: lâmpadas compactas que utilizam baixa quantidade de energia;
- IX** – lixeiras altas: localizadas em nível mais elevado, de maneira a reduzir a probabilidade de que o lixo seja espalhado nas vias públicas em caso de enchente, contribuindo com a limpeza e a proteção à saúde.

**Parágrafo único.** A madeira plástica prevista na alínea “c” do inciso I deste artigo pode substituir a madeira natural em diversos fins, como bancos de praça, instalações para lixo, cobertura de pontes, escadas, corrimãos, guardas de sacadas, *decks* de piscinas, dormentes de trilhos de trens e metrô, ou mesmo o ferro fundido em aplicações urbanas e sanitárias, como tampas de instalações subterrâneas, bocas de lobo de esgotos pluviais, podendo ainda ser usada no fabrico de móveis escolares e construções.

**Art. 6º** Os projetos de obras sustentáveis que empregarem madeira ou qualquer outro insumo de origem controlada somente poderão ser aprovados se houver a devida comprovação de sua procedência.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário.

Setor Protocolo Legislativo  
PL Nº 16701/2023  
Folha Nº 03 Paulo



## JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem o escopo de contribuir para proteger o meio ambiente e ao mesmo tempo baratear o custo das obras realizadas diretamente pela Administração Pública do Distrito Federal ou por meio de empreitada.

A construção sustentável é um conceito que denomina um conjunto de práticas adotadas antes, durante e após os trabalhos de planejamento e construção, com o intuito de obter uma edificação que não agrida o meio ambiente e que leva em conta o processo no qual o projeto foi concebido, como serão utilizados os ambientes, quanto tempo terá de vida útil e depois deste período se ele servirá para outros propósitos ou não.

O funcionamento das cidades é o grande responsável pelo consumo de materiais, principalmente de água e energia, sendo importante a adoção de práticas sustentáveis para que os impactos sobre o meio ambiente sejam mitigados.

De todas as atividades desenvolvidas pelo homem a construção civil é uma das que mais impacta no meio ambiente.

No Brasil, aproximadamente 40% (quarenta por cento) da extração dos recursos naturais tem como destino a indústria da construção civil. 50% (cinquenta por cento) da energia gerada no país são destinados ao funcionamento das edificações e 50% (cinquenta por cento) dos resíduos gerados são provenientes de obras e demolições.

A adoção de técnicas sustentáveis nas obras de construção civil por parte dos gestores públicos servirá como ferramenta de disseminação destes conceitos, auxiliando na preservação do meio ambiente e melhorando a qualidade de vida de todos.

Quanto ao aspecto legal, observando a Constituição Federal, especialmente os arts. 23, VI, VII e 24, VI, concluiremos pela competência do Distrito Federal para legislar sobre o presente tema, senão vejamos:

*"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

*(....)*

*VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

*VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;*

*(....)*

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*(....)*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;"*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA – PEN**



Mais adiante, no Capítulo VI, do Meio Ambiente, a nossa Carta Magna versa o seguinte no art. 225, VII, *in verbis*:

*"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*(....)*

*VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade."*

Por sua vez, a Lei Orgânica do DF é da mesma forma firme ao defender a proteção ao meio ambiente, de maneira que todos possam dele usufruir sem, no entanto, comprometer a sua qualidade. Para tanto é bastante prestarmos atenção ao que apregoam os arts. 278, 279, I e VI:

*"Art. 278. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*(....)*

*Art. 279. O Poder Público, assegurada a participação da coletividade, zelará pela conservação, proteção e recuperação do meio ambiente, coordenando e tornando efetivas as ações e recursos humanos, financeiros, materiais, técnicos e científicos dos órgãos da administração direta e indireta, e deverá:*

*I – planejar e desenvolver ações para a conservação, preservação, proteção, recuperação e fiscalização do meio ambiente;*

*(....)*

*VI – exercer o controle e o combate da poluição ambiental;"*

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em.....

  
**Deputada LUZIA DE PAULA**  
**Autora**

Setor Protocolo Legislativo  
PL N° 2670/2013  
Folha N° 05 Paula



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRESIDÊNCIA**  
Assessoria de Plenário e Distribuição

**Parâmetros de Pesquisa**

**Tipo de Proposição** : PL - Projeto de Lei  
**Ano** : 1991 a 2013  
**Palavra-Chave** : PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE  
**Data** : 16/10/13 11:11:21  
**Proposições Encontradas** : 3 **Tela** : 1/1

Obs. : Apenas as proposições marcadas serão impressas .

**Desmarca Todas**

: **PL-2578/2006**

**Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 07/11/06

**Ementa** : DISCIPLINA NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL A MOVIMENTAÇÃO E O TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS, NOS QUESITOS SEGURANÇA DO TRÂNSITO, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** : MOVIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DO TRANSITO, MEIO AMBIENTE.(CNEN), PERICULOSIDADE.

**Autoria** : ELIANA PEDROSA

: **PL-80/2011**

**Situação** : Tramitando

**Localização** : CDESCTMAT

**Leitura** : 02/02/11

**Ementa** : DISCIPLINA NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL A MOVIMENTAÇÃO E O TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS, NOS QUESITOS SEGURANÇA DO TRÂNSITO, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : ELIANA PEDROSA

: **PL-1183/2012**

**Situação** : Tramitando

**Localização** : CDESCTMAT

**Leitura** : 09/10/12

**Ementa** : ESTABELECE REGRAS SOBRE DESCARTE DE MEDICAMENTOS COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : LUZIA DE PAULA

**Parâmetros de Pesquisa**

**Tipo de Proposição** : PL - Projeto de Lei  
**Ano** : 1991 a 2013  
**Palavra-Chave** : PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE  
**Data** : 16/10/13 11:11:21  
**Proposições Encontradas** : 3 **Tela** : 1/1

Obs. : Apenas as proposições marcadas serão impressas .

**Desmarca Todas**

: **PL-2578/2006**

**Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 07/11/06

**Ementa** : DISCIPLINA NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL A MOVIMENTAÇÃO E O TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS, NOS QUESITOS SEGURANÇA DO TRÂNSITO, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** : MOVIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DO TRANSITO, MEIO AMBIENTE.(CNEN), PERICULOSIDADE.

**Autoria** : ELIANA PEDROSA

: **PL-80/2011**

**Situação** : Tramitando

**Localização** : CDESCTMAT

**Leitura** : 02/02/11

**Ementa** : DISCIPLINA NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL A MOVIMENTAÇÃO E O TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS, NOS QUESITOS SEGURANÇA DO TRÂNSITO, PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : ELIANA PEDROSA



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

3

[PL-1183/2012](#)

Situação : Tramitando

**Localização** : CDESCTMAT  
**Leitura** : 09/10/12  
**Ementa** : ESTABELECE REGRAS SOBRE DESCARTE DE MEDICAMENTOS COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** :  
**Autoria** : LUZIA DE PAULA

**Parâmetros de Pesquisa**

**Tipo de Proposição** : PL - Projeto de Lei  
**Ano** : 1991 a 2013  
**Palavra-Chave** : CONSTRUÇÃO CIVIL  
**Data** : 16/10/13 11:12:28  
**Proposições Encontradas** : 29 **Tela** : 1/1

Obs. : Apenas as proposições marcadas serão impressas .

[Desmarca Todas](#)

1

[PL-357/1992](#)

Situação : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 16/03/92  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE O INSTITUTO DO SOLO CRIADO NO DISTRITO FEDERAL.  
**Indexação** : TRIBUTOS, CONSTRUÇÃO CIVIL, INSTITUTO DO SOLO.  
**Autoria** : CARLOS ALBERTO

2

[PL-447/1992](#)

Situação : Retirado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** :  
**Ementa** : ISENTA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS) AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OS RESPECTIVOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : TRIBUTOS, ISENÇÃO FISCAL, ISS, CONSTRUÇÃO CIVIL.  
**Autoria** : TADEU RORIZ

3

[PL-923/1993](#)

Situação : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 15/06/93  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE MUROS DAS ESCOLAS PÚBLICAS LOCALIZADAS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, POR ENTIDADES E EMPRESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : EDUCAÇÃO, OBRA PÚBLICA, ESTABELECIMENTO DE ENSINO, MURO, PUBLICIDADE, CONSTRUÇÃO CIVIL.  
**Autoria** : WASNY DE ROURE

4

[PL-964/1993](#)

Situação : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 30/06/93  
**Ementa** : ALTERA O GABARITO DOS LOTES RESIDENCIAIS DE USO UNIFAMILIAR NO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO - SRIA E NÚCLEO BANDEIRANTE.  
**Indexação** : CÓDIGO DE EDIFICAÇÃO, SETOR RESIDENCIAL, INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, NÚCLEO BANDEIRANTE, CONSTRUÇÃO CIVIL.  
**Autoria** : CARLOS ALBERTO

5

[PL-1332/1994](#)

Situação : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 30/03/94  
**Ementa** : TRATA DA DISPOSIÇÃO DOS MATERIAIS MINERAIS DESCARTÁVEIS, RESULTANTES DAS OBRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** :  
**Autoria** : ODILON AIRES



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

6  : **PL-207/1995** **Situação** : Prejudicado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 16/03/95  
**Ementa** : ALTERA O GABARITO DOS LOTES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES E COMERCIAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : TAXA DE OCUPAÇÃO, PAVIMENTO, USOS E DESTINAÇÕES AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATORIOS, ÁREA MÍNIMA DE LOTE, TAXAS MÁXIMAS DE CONSTRUÇÃO, ESTACIONAMENTOS, ÁREAS VERDES, GUARITAS, ACESSOS, NORMAS DE EDIFICAÇÕES, USO, MORADORES, EMPRESÁRIOS, ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA IPTU, LEGALIZAÇÃO, INFRA-ESTRUTURA, EXPANSÃO VERTICAL, CRESCIMENTO HORIZONTAL, CONSTRUÇÃO CIVIL.  
**Autoria** : CARLOS XAVIER

7  : **PL-3586/1998** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 11/03/98  
**Ementa** : TORNA OBRIGATÓRIA A MENÇÃO DOS NOMES DO ARQUITETO E DO ENGENHEIRO CIVIL RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS TÉCNICOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, NAS HIPÓTESES QUE MENCIONA.  
**Indexação** : COMERCIALIZAÇÃO, IMÓVEIS, LANÇAMENTO, REGISTRO, OBRIGATORIAMENTE, NOMES, NOVOS, PUBLICIDADE.  
**Autoria** : JOSÉ EDMAR

8  : **PL-3885/1998** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 24/06/98  
**Ementa** : AUTORIZA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL A FIRMAR PARCERIA COM O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL OBJETIVANDO A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE CADASTRAMENTO DE MÃO-DE-OBRA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** :  
**Autoria** : MARCOS ARRUDA

9  : **PL-4016/1998** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 25/08/98  
**Ementa** : ALTERA A LEI 1.254, DE 08 DE AGOSTO DE 1996.  
**Indexação** : ACRÉSCIMO, PARÁGRAFO 4º, ARTIGO 22. ALÍQUOTA, IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, EMPRESA, CONSTRUÇÃO CIVIL.  
**Autoria** : CÉSAR LACERDA

10  : **PL-107/1999** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 02/03/99  
**Ementa** : ALTERA A LEI Nº 1.254, DE 08 DE AGOSTO DE 1996.  
**Indexação** : DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA, NÃO SE CONSIDERA CONTRIBUINTE A EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL E INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA, TRIBUTÁRIA, ISS, ICMS.  
**Autoria** : CÉSAR LACERDA

11  : **PL-606/1999** **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 04/08/99  
**Ementa** : ALTERA A LEI Nº 2.105, DE 8 DE OUTUBRO DE 1998, QUE 'DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL'.  
**Indexação** : ARQUITETURA, URBANISMO, CONSTRUÇÃO CIVIL, POSTURAS.  
**Autoria** : PAULO TADEU



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

12  : [PL-609/1999](#) **Situação** : Sancionado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 04/08/99  
**Norma** : LEI 3496/2004  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A COLOCAÇÃO DE PLACAS DE ENDEREÇAMENTO NOS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA.  
**Indexação** : POSTURAS, EDIFICAÇÕES, CONSTRUÇÃO CIVIL, ENGENHARIA, ARQUITETURA.  
**Autoria** : JORGE CAUHY

13  : [PL-872/1999](#) **Situação** : Sancionado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 26/11/99  
**Norma** : LEI 2521/2000  
**Ementa** : DECLARA PESSOA JURÍDICA NON GRATA NO DF A EMPRESA SOCIEDADE DE TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO CIVIL E AGROPECUÁRIA LTDA - SERSAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : SÉRGIO NAIÁ.  
**Autoria** : RODRIGO ROLLEMBERG

14  : [PL-1190/2000](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 12/04/00  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A VENDA DE IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO NO ÂMBITO DO DF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : CONSTRUÇÃO CIVIL, VENDA, CINQUENTA POR CENTO, 50%, CREA.  
**Autoria** : AGRÍCIO BRAGA

15  : [PL-2714/2001](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 13/12/01  
**Ementa** : INSTITUI NO ÂMBITO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL O PROGRAMA DE ENGENHARIA PÚBLICA DESTINADO A PROMOVER A REORDENAÇÃO URBANA DE CONDOMÍNIO, ASSENTAMENTO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA, NA ÁREA DO PLANEJAMENTO E DA CONSTRUÇÃO CIVIL, À COMUNIDADE OU FAMÍLIA DE BAIXA RENDA ENVOLVIDA COM PROJETO DE EDIFICAÇÃO DA PRÓPRIA CASA.  
**Indexação** :  
**Autoria** : WILSON LIMA

16  : [PL-2857/2002](#) **Situação** : Promulgado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 19/03/02  
**Norma** : LEI 3878/2006  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO MEMORIAL DOS PIONEIROS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BRASÍLIA.  
**Indexação** :  
**Autoria** : LEONARDO PRUDENTE

17  : [PL-3006/2002](#) **Situação** : Sancionado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 19/06/02  
**Norma** : LEI 3107/2002  
**Ementa** : AUTORIZA O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL, A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - SINDUSCON.  
**Indexação** :  
**Autoria** : Poder Executivo



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRESIDÊNCIA**  
Assessoria de Plenário e Distribuição

18  : [PL-26/2003](#) **Situação** : Promulgado  
**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 05/02/03  
**Norma** : LEI 3234/2003  
**Ementa** : INSTITUI A POLÍTICA DE RECICLAGEM DE ENTULHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : USO, COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.  
**Autoria** : ELIANA PEDROSA

19  : [PL-187/2003](#) **Situação** : Promulgado  
**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 11/03/03  
**Norma** : LEI 3569/2005  
**Ementa** : TORNA OBRIGATÓRIA A MENÇÃO DOS NOMES DO ARQUITETO E DO ENGENHEIRO CIVIL RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS TÉCNICOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, NAS HIPÓTESES QUE MENCIONA.  
**Indexação** :  
**Autoria** : JOSÉ EDMAR

20  : [PL-2382/2006](#) **Situação** : Retirado  
**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 19/04/06  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO SONORO EM CAMINHÕES, TRATORES E MÁQUINAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : INSTALAÇÃO, CAMINHÃO, TRATORES, MÁQUINAS, CONSTRUÇÃO, CIVIL, DISPOSITIVO, SONORO, (DF), (DETRAN).  
**Autoria** : RONEY NEMER

21  : [PL-2458/2006](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura  
**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 04/07/06  
**Ementa** : CRIA, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL, O PROGRAMA HABITACIONAL PARA OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** : CRIAÇÃO, PROGRAMA. HABITAÇÃO, TRABALHADOR, CONSTRUÇÃO, CIVIL (DF),(SEDUH),IMOVEL.  
**Autoria** : LEONARDO PRUDENTE

22  : [PL-294/2007](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura  
**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 24/04/07  
**Ementa** : DISPÕE SOBRE OS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** :  
**Autoria** : PEDRO PASSOS

23  : [PL-1108/2008](#) **Situação** : Arq. Fim  
Legislatura  
**Localização** : Arquivado no arquivo permanente  
**Leitura** : 09/12/08  
**Ementa** : FICAM AS EMPRESAS PROJETISTAS E DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL RESPONSÁVEIS PELA INSTITUIÇÃO EM SEUS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO, DE DISPOSITIVOS PARA ARMAZENAMENTO DOS ÓLEOS VEGETAL E ANIMAL E GORDURAS DE USO CULINÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**Indexação** :  
**Autoria** : PEDRO DO OVO

Setor Protocolo Legislativo  
PL Nº 16701/2013  
Folha Nº 10 *Paula*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

24

[PL-1179/2009](#)

Situação : Arq. Fim  
Legislatura

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 24/03/09

**Ementa** : OBRIGA AS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL A PROMOVER VACINAÇÃO ANTITETÂNICA, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL.

**Indexação** :

**Autoria** : ROBERTO LUCENA

25

[PL-1279/2009](#)

Situação : Retirado

**Localização** : Arquivado no arquivo permanente

**Leitura** : 23/06/09

**Ementa** : ALTERA A LEI Nº 1.355, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO - ISS.

**Indexação** : OBRAS CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA ELETTRICA

**Autoria** : Poder Executivo

26

[PL-3/2011](#)

Situação : Sancionado

**Localização** : Arquivo Intermediário - SPL

**Leitura** : 02/02/11

**Norma** : LEI 5028/2013

**Ementa** : DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL DAS EMPRESAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL QUE PROMOVAM A ALFABETIZAÇÃO DE TRABALHADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**Indexação** :

**Autoria** : ARLETE SAMPAIO

27

[PL-524/2011](#)

Situação : Sancionado

**Localização** : Arquivo Intermediário - SPL

**Leitura** : 06/09/11

**Norma** : LEI 4704/2011

**Ementa** : DISPÕE SOBRE O PLANO DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E RESÍDUOS VOLUMOSOS, QUE PREVÊ RESPONSABILIDADES E DISCIPLINA A AÇÃO DOS GERADORES, TRANSPORTADORES E RECEPTORES DESSES RESÍDUOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : Poder Executivo

28

[PL-1142/2012](#)

Situação : Tramitando

**Localização** : CAS

**Leitura** : 18/09/12

**Ementa** : DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA DE BRIGADISTA E TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO NAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Indexação** :

**Autoria** : DR MICHEL

29

[PL-1234/2012](#)

Situação : Tramitando

**Localização** : CESC

**Leitura** : 07/11/12

**Ementa** : OBRIGA AS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL A PROMOVER CAMPANHAS DE VACINAÇÃO ANTITETÂNICA.

**Indexação** :

**Autoria** : WASHINGTON MESQUITA

Setor Protocolo Legislativo

PL Nº 1670/2013  
Folha Nº 11 Paula




## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição

Ao Protocolo Legislativo para indexação e, em seguida, ao SACP para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, conforme dispositivos do RICLDF, observada para os fins regimentais de tramitação a pesquisa ao sistema legis sobre o tema, em análises de mérito e admissibilidade, na **CDESCTMAT** (art. 69-B, j – art. 156)), **CAF** (art. 68, I, c – art. 156)) e na **CCJ** (art. 63, II, a).

Em, 16/10/2013

  
**ITAMAR PINHEIRO LIMA**  
Chefe da Assessoria  
Mat.10.694

Setor Protocolo Legislativo

PK N° 16701/2013

Folha N° 12 *Paula*